

Primeiro passo é ajustar contas públicas

BRASÍLIA — Um membro da equipe econômica do Governo confirmou ontem que a adoção de duas moedas é a principal alternativa para promover a desindexação da economia e acabar com os reajustes automáticos de preços, conforme antecipara O GLOBO no dia 11 de setembro. A criação de uma nova moeda, que poderá se chamar cruzeiro forte, também foi noticiada pela coluna "Swann", na edição do último dia 12. Segundo a fonte, porém, esse mecanismo de desindexação só pode ser adotado depois que o Governo equilibrar as contas públicas.

Os brasileiros conviveriam com o atual cruzeiro real, sujeito aos efeitos da inflação, e com outra moeda, atrelada ao dólar, que serviria de referência estável para a economia. A segunda moeda, ao contrário do cruzeiro real, seria estável, à medida em que o Governo fixaria uma paridade com o dólar. Além disso, a nova moeda não seria emitida pelo Governo, mas por um órgão independente: a câmara de compensação, ou **currency board**, que seria proibida de lançar a nova moeda no mercado para financiar o déficit público.

— Enquanto não sair o ajuste fiscal, não será possível a criação do **currency board**, porque todos iriam querer fugir da moeda atual, criando hiperinflação no cruzeiro real — diz um assessor do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

A complexidade do mecanismo preocupa o presidente Itamar Franco, mas a equipe econômica não encontrou alternativa melhor para a desindexação. Todo os membros da equipe — inclusive o principal defensor da idéia, o negociador da dívida externa, André Lara Resende —

preferem dar prioridade à discussão sobre o ajuste fiscal, considerado indispensável para o plano de desindexação.

Sem o ajuste, argumentam os membros da equipe, permaneceria a escalada da inflação, provocando o aumento de custos de alguns produtos, como as matérias-primas usadas pelos exportadores. Nesse caso, qualquer tentativa de fixar o câmbio, vinculando a moeda nacional ao dólar, faria com que os custos dos industriais aumentassem mais que seus preços no exterior, dificultando as exportações. Esse fenômeno já foi constatado na Argentina, que acumula déficits em seu comércio externo.

— Com o **currency board** e sem o ajuste fiscal, teríamos uma defasagem do câmbio pior que a da Argentina, que tinha situação fiscal melhor que a nossa — argumenta o assessor de Fernando Henrique.

Há ainda um outro forte motivo para que a equipe espere avanços no equilíbrio das contas públicas, antes de tentar seu modelo de desindexação: com o **currency board**, o Governo perde a capacidade de emitir moeda para pagar suas contas, o que significa que os déficits teriam de ser enfrentados com cortes ou atrasos de pagamentos.

Se o Governo não for capaz de obter apoio para medidas de ajuste em suas contas, também não conseguiria enfrentar as pressões que se sucederiam caso fosse adotado o **currency board** e o Tesouro fosse obrigado a suspender pagamentos de hospitais, aposentados ou funcionalismo. Sem ajuste fiscal, o **currency board** não duraria um mês, acreditam os assessores de Fernando Henrique.